

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos  
de Água e Esgoto**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
14º Andar – Sala 1403 - Jardim América  
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil  
Caixa Postal 457  
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Telefone: 55 (16) 3323-6650  
Fax: 55 (16) 3323-6651  
Internet: www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Conselheiros e Acionistas da  
CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto  
Cuiabá – MT

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Cláudio José BIASON  
Contador CRC 1SP144806/O-7

## CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.112	7.501	Fornecedores e outras contas a pagar	10	17.811	12.965
Outros investimentos		296	-	Empréstimos	11	194.434	182.250
Contas a receber e outros recebíveis	6	28.643	24.446	Provisões e encargos trabalhistas	12	3.382	2.444
Estoques		2.821	1.746	Obrigações fiscais		<u>1.701</u>	<u>3.699</u>
Imposto e contribuições a recuperar		202	858	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>217.328</u>	<u>201.358</u>
Despesas antecipadas		<u>119</u>	<u>70</u>				
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>34.193</u>	<u>34.621</u>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos	11	47.547	17.000
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão para contingências	13	<u>234</u>	<u>482</u>
Contas a receber e outros recebíveis	6	2.285	2.750	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>47.781</u>	<u>17.482</u>
Depósitos judiciais		126	32				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	<u>6.493</u>	<u>135</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	16		
		<u>8.904</u>	<u>2.917</u>	Capital social		50.035	7.135
<b>Imobilizado</b>	8	8.487	1.011	Prejuízos acumulados		<u>(12.878)</u>	<u>(441)</u>
<b>Intangível</b>	9	<u>250.682</u>	<u>186.985</u>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>37.157</u>	<u>6.694</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>268.073</u>	<u>190.913</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>265.109</u>	<u>218.840</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>302.266</u></u>	<u><u>225.534</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>302.266</u></u>	<u><u>225.534</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

## Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e período de 11 meses e 1 dia findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
<b>Receita operacional líquida</b>	17	161.467	136.466
<b>Custo dos serviços prestados</b>	18	<u>(107.697)</u>	<u>(96.991)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>53.770</u>	<u>39.475</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Comerciais	18	(19.556)	(8.991)
Administrativas e gerais	18	(33.811)	(25.600)
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>102</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		505	4.884
Receitas financeiras	19	3.423	5.093
Despesas financeiras	19	<u>(22.723)</u>	<u>(10.553)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<u>(19.300)</u>	<u>(5.460)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		(18.795)	(576)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	<u>6.358</u>	<u>135</u>
<b>Resultado do exercício/período</b>		<u><u>(12.437)</u></u>	<u><u>(441)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 11 meses e 1 dia findo em 31 de dezembro de 2012

*(Em milhares de Reais)*

	2013	2012
Resultado do exercício/período	<u>(12.437)</u>	<u>(441)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(12.437)</u></u>	<u><u>(441)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 11 meses e 1 dia findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição da Companhia em 31 de janeiro de 2012		7.135	(7.135)	-	-	-
Integralização de capital social		-	7.135	7.135	-	7.135
Resultado do período		-	-	-	(441)	(441)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	16	7.135	-	7.135	(441)	6.694
Integralização de capital social		42.900	-	42.900	-	42.900
Resultado do exercício		-	-	-	(12.437)	(12.437)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	16	<u>50.035</u>	<u>-</u>	<u>50.035</u>	<u>(12.878)</u>	<u>37.157</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 11 meses e 1 dia findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
<b>Resultado do exercício/período</b>	(12.437)	(441)
<b>Ajustes para:</b>		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.016	1.629
Depreciação e amortização	8.139	2.274
Valor residual do imobilizado e intangível baixado	-	400
Provisão para contingência	(248)	482
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(6.358)	(135)
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes	(9)	-
Margem de intangível de concessão/ ativo financeiro	(1.243)	(1.256)
Juros incorridos de empréstimo	19.037	11.560
Aumento em contas a receber e outros recebíveis	(10.748)	(28.038)
Aumento em estoques	(1.075)	(1.746)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	656	(858)
Aumento em despesas antecipadas	(49)	(70)
Aumento em outros créditos	-	(787)
Aumento em depósitos judiciais	(94)	(32)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	4.846	12.065
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	938	2.444
Redução (aumento) em obrigações fiscais	(1.998)	3.699
Juros pagos de empréstimo	(15.866)	(8.310)
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais</b>	<b>(9.493)</b>	<b>(7.120)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>		
Aquisições de ativos imobilizados	(8.084)	(1.114)
Aquisições de ativo intangível	(69.985)	(187.400)
Outros investimentos	(287)	-
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento:</b>	<b>(78.356)</b>	<b>(188.514)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>		
Empréstimos tomados	424.820	366.000
Pagamentos de empréstimo:	(368.260)	(170.000)
Integralização de capital social	25.900	7.135
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento:</b>	<b>82.460</b>	<b>203.135</b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>(5.389)</b>	<b>7.501</b>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.501	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>2.112</b>	<b>7.501</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - “Companhia” constituída em 31 de janeiro de 2012 iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042.

A CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, localizada na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, no 3.196, no Município de Cuiabá– Estado de Mato Grosso, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos que compreendem a manutenção de redes, troca de hidrômetros, recadastramento comercial, troca de ramais, ferro galvanizado e construção de novas unidades de tratamento, investimentos estes que permitirão a redução de perdas de faturamento. Estão previstos também investimentos em automação e telemetria que permitirão reduzir os custos.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2014.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

#### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Contas a receber e outros recebíveis;
- Nota 7 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 8 – Imobilizado;
- Nota 9 – Intangível; e
- Nota 13 – Provisões para contingências.

**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013, sendo eles CPC 19 (R2), CPC 26 (R1), CPC 33(R1), CPC 36 (R3), CPC 40 (R1), CPC 45 e CPC 46. Nenhum desses novos pronunciamentos teve impacto sobre essas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros**

**i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece o contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação são ativamente gerenciados para atender às necessidades de liquidez da Companhia.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa e em outros investimentos.

*Contas a receber e outros recebíveis*

Contas a receber e outros recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O valor presente de recebíveis de contratos de concessão de serviços é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa interna de retorno apurada no contrato de concessão na data de apresentação.

As contas a receber e outros recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, exceto as aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado, contas a receber e outros recebíveis, incluindo os recebíveis de acordo de serviços de saneamento básico.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**ii. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

**iii. Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

O dividendo mínimo obrigatório, conforme definido em estatuto e na lei 6.404/76 é reconhecido como passivo. Vide nota explicativa 16c.

**b. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**ii. Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

• Móveis e utensílios	10 anos
• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### **c. Ativos intangíveis**

#### ***i. Contratos de concessão de serviços***

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando existe um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

#### ***ii. Outros ativos intangíveis***

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

#### ***iii. Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

#### ***iv. Amortização***

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são os seguintes:

- |                           |         |
|---------------------------|---------|
| • Software                | 5 anos  |
| • Outorga de Concessão    | 29 anos |
| • Intangível ICPC 01 (R1) | 16 anos |

**d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**i. Ativos financeiros**

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob as condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2013.

**f. Benefícios a empregados**

**i. Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado prestou o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. As obrigações de pagamento para planos de contribuição definida são reconhecidas como uma despesa no resultado à medida que são incorridas. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

**ii. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**h. Receita operacional**

**i. Serviços**

A receita das operações é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviço decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes à última leitura até a data do encerramento do balanço. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

**ii. Contratos de construção e concessão de serviços**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção de serviços de saneamento básico (ICPC 01 R1). Receita de operação ou de serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.



**i. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas corrente e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

**k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

O IFRS 9 *Instrumentos financeiros* introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

**4 Determinação do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia são classificados como “nível 2”.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Não houveram mudanças a serem consideradas em 31 de dezembro de 2013.

**i. Contas a receber e outros recebíveis**

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pelas taxas divulgadas na nota explicativa nº 6, apurados na data de apresentação que se equiparam ao valor contábil.

**ii. Ativos intangíveis**

O valor justo de ativos intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. O valor justo dos serviços de construção prestados é

calculado como o custo estimado total acrescido de uma margem de lucro médio de 2,27% estimado pelos custos internos da Companhia para administrar as obras.

**iii. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa	6	3
Saldo bancário	2.106	2.997
Aplicações financeiras	-	4.501
<b>Total</b>	<b>2.112</b>	<b>7.501</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que no exercício de 2012 a rentabilidade média foi de 80% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 14.

## 6 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	<b>Nota</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Contas a receber faturado		22.291	17.741
Serviços a faturar		5.685	5.868
<b>Total</b>		<b>27.976</b>	<b>23.609</b>
Outras contas a receber		592	1.269
Partes relacionadas - operações mensais	15	75	50
Partes relacionadas - empréstimos a receber	15	2.285	2.268
<b>Total</b>		<b>30.928</b>	<b>27.196</b>
Ativo circulante		28.643	24.446
Ativo não circulante		2.285	2.750

A administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber nas datas de 31 de dezembro de 2013 e 2012, e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A taxa de juros média utilizada para descontar o fluxo de caixa é 12% a.a. (idêntico em 2012) na data das demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber e outros recebíveis são divulgadas na nota explicativa nº 14.

## 7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo / (Passivo)		Resultado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Custo dos empréstimos	(663)	(663)	-	(663)
Serviços a faturar	(2.130)	(1.995)	(135)	(1.995)
Intangível - imobilizado, diferença líquida contratos de concessão	(836)	(425)	(411)	(425)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	6.215	1.208	5.007	1.208
Contas a receber - provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.939	554	2.385	554
Outras provisões	968	1.456	(488)	1.456
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>6.493</b>	<b>135</b>	<b>6.358</b>	<b>135</b>

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, a partir do final do exercício social comparativo, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas.

	2013	2012
<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>		
Resultado do exercício antes dos impostos	(18.795)	(576)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito com imposto à alíquota nominal	6.390	196
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Despesas não dedutíveis	(42)	(61)
Outras	10	-
Imposto diferido	6.358	135
Alíquota efetiva	33,83%	23,44%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

## 8 Imobilizado

Custo	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<b>Saldo em 31 de janeiro de 2012</b>	-	-	-	-	-
Adições	224	269	621	-	1.114
Baixas	-	-	(3)	-	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	224	269	618	-	1.111
Adições	1.058	223	603	6.200	8.084
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	1.282	492	1.221	6.200	9.195
<b>Depreciação</b>					
<b>Saldo em 31 de janeiro de 2012</b>	-	-	-	-	-
Adições	(12)	(14)	(74)	-	(100)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	(12)	(14)	(74)	-	(100)
Adições	(78)	(34)	(173)	(323)	(608)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	(90)	(48)	(247)	(323)	(708)
<b>Valor líquido contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2012	212	255	544	-	1.011
Em 31 de dezembro de 2013	1.192	444	974	5.877	8.487

### **Análise do valor de recuperação**

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

## 9 Intangível

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Outorga concessão	Software	Total
<b>Custo</b>				
<b>Saldo em 31 de janeiro de 2012</b>	-	-	-	-
Adições	65.308	121.255	2.993	189.556
Baixas	(323)	-	(76)	(399)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	64.985	121.255	2.917	189.157
Adições	62.014	8.333	881	71.228
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	126.999	129.588	3.798	260.385
<b>Amortização</b>				
<b>Saldo em 31 de janeiro de 2012</b>	-	-	-	-
Adições	(294)	(1.759)	(121)	(2.174)
Baixas	1	-	1	2
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	(293)	(1.759)	(120)	(2.172)
Adições	(2.719)	(4.154)	(658)	(7.531)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	(3.012)	(5.913)	(778)	(9.703)
<b>Valor líquido contábil</b>				
Em 31 de dezembro de 2012	64.692	119.496	2.797	186.985
Em 31 de dezembro de 2013	123.987	123.675	3.020	250.682

### (i) Intangível ICPC 01 (R1)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	Custo mais margem de administração % (i)	2012	2013	
			Custo	Adição	Custo
Intangível	6,25	2,27	64.985	62.014	126.999

(i) Custo do contrato de concessão mais margem de administração de 2,27%, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Cuiabá – Estado do Mato Grosso.

(\*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

## 10 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores diversos		9.939	2.658
Provisão para fornecedores diversos		4.163	4.282
Outras contas a pagar – partes relacionadas	15	2.785	4.130
Outras contas a pagar diversas		924	1.895
<b>Total</b>		<u>17.811</u>	<u>12.965</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores na data de 31 de dezembro de 2013 e 2012 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 14.

## 11 Empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa 14.

<u>Linha de crédito</u>	<u>Moeda</u>	<u>Juros a.a.</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	
Nota promissória	R\$	127,50% do CDI	2014		194.434	182.250	
Empréstimos - partes relacionadas	R\$	120% do CDI	2015	15	47.547	17.000	
<b>Total</b>					<u>241.981</u>	<u>199.250</u>	
					Passivo circulante	194.434	182.250
					Passivo não circulante	47.547	17.000

Em 10 de outubro de 2012, a Companhia firmou contrato de empréstimo mediante abertura de crédito com o Banco Votorantim S/A no montante de R\$ 179.000. O vencimento do valor principal e juros, em parcela única, ocorreria em abril de 2013, porém, na referida data, foi realizada a rolagem da dívida e, desta forma, o valor principal passou a ser de R\$ 189.260 e o vencimento, mantidas as condições iniciais, alterado para abril de 2014.

A principal garantia é o aval da companhia Galvão Engenharia S.A., empresa do mesmo grupo econômico da Companhia.

## 12 Provisões e encargos trabalhistas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisões de férias e 13º. salário	1.874	1.240
Encargos sobre provisões	693	456
Encargos trabalhistas	815	620
Outros	-	128
<b>Total</b>	<u>3.382</u>	<u>2.444</u>

### 13 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas e cíveis. Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos foi constituída provisão em valor considerado pela administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existirem riscos efetivos e foram registradas provisões trabalhistas no valor de R\$ 234 (R\$ 482 em 31 de dezembro de 2012).

	<b>Cíveis e trabalhistas</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Saldo inicial</b>	482	-
Adições	75	482
Reversões	(323)	-
<b>Saldo final</b>	<u>234</u>	<u>482</u>

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de natureza cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 13.152 (R\$ 3.103 em 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

### 14 Instrumentos financeiros

#### *Visão geral*

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e



gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perda decorrente de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

***Exposição a risco de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>Nota</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.112	7.501
Outros investimentos		296	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	30.928	27.196
<b>Total</b>		33.336	34.697
Ativo circulante		31.051	31.947
Ativo não circulante		2.285	2.750

***Contas a receber e outros recebíveis***

A Companhia têm atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador do risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando alto grau de controle sobre os recebíveis.

***Perdas por redução no valor recuperável***

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidos perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
A vencer	14.947	11.532
Vencido de 1 a 30 dias	3.944	4.333
Vencido de 31 a 90 dias	3.356	3.901
Vencido de 91 a 180 dias	2.313	3.843
Vencido de 181 a 360 dias	6.496	1.629
Vencido há mais de 360 dias	5.565	-
<b>Total</b>	36.621	25.238

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	-
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	1.712
Valores baixados	(83)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.629</b>
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	17.847
Valores baixados	(10.831)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>8.645</b>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. A Companhia adotou até 31 de dezembro de 2012 o histórico de inadimplência global para constituição dessa provisão que correspondia a títulos vencidos há mais de 180 dias.

Mediante estudo realizado em 2013, identificou-se uma metodologia mais apropriada para constituição de provisão para redução ao valor recuperável que melhor reflete a realidade da Companhia, sendo aplicado a partir do quarto trimestre 2013.

A composição da provisão por perdas ao valor recuperável conforme critério a estimativa é a seguinte:

	<b>2013</b>
Provisão de títulos vencidos acima de 360 dias (*)	5.565
Provisão de títulos renegociados e vencidos até 360 dias (**)	3.080
<b>Total</b>	<b>8.645</b>

(\*) títulos vencidos acima de 360 dias são considerados 100% na provisão;

(\*\*) títulos renegociados que não foram recebidos no prazo acordado e percentual médio de perdas estimado sobre cada categoria que compõe o contas a receber vencidos até 360 dias, sendo residencial 9,68%, comercial e industrial 9,53% e Órgãos Públicos 2,05%, sendo que os percentuais foram extraídos de estudo realizado com dados da Companhia.

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, tanto em condições normais quanto de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<b>Nota</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Empréstimos	11	241.981	199.250
Fornecedores e outras contas a pagar	10	17.811	12.965
<b>Total</b>		<b>259.792</b>	<b>212.215</b>
Passivo circulante		212.245	195.215
Passivo não circulante		47.547	17.000

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia apresentou saldo de passivo circulante superior ao saldo do ativo circulante.

Para cumprir com seus compromissos de curto prazo, a Companhia apresenta a seguinte estratégia para seus principais compromissos:

Proposta firme datada de 5 de abril de 2012 de instituição financeira de primeira linha, de acordo com classificação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, pela qual foi obtida uma linha firme de crédito de R\$ 140.000 pelo prazo de 10 anos.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	<b>Valor</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>12</b>	<b>13 a 24</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>contábil</b>	<b>contratual</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>
Empréstimos	241.981	248.602	201.055	47.547
Fornecedores e outras contas a pagar	17.811	17.811	17.811	-
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>Valor</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>12</b>	<b>13 a 24</b>
	<b>contábil</b>	<b>contratual</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>
Empréstimos	199.250	203.259	186.259	17.000
Fornecedores e outras contas a pagar	12.965	12.965	12.965	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

### ***Risco de Mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### **Risco de taxa de juros**

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

### **Perfil**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	Valor contábil	
		2013	2012
<b>Ativos financeiros</b>			
Aplicações financeiras	5	-	4.501
Outros investimentos		296	-
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e notas promissórias	11	241.981	199.250

### **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável**

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos relevantes em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

### **Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição em 2013	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Outros investimentos	296	Variação CDI	8,02	10,03	6	12,03	12
<b>Passivos financeiros</b>							
Nota promissória	194.434	Variação CDI	8,02	10,03	(3.889)	12,03	(7.777)
Empréstimos com partes relacionadas	47.547	Variação CDI	8,02	10,03	(951)	12,03	(1.902)
<b>Total</b>					<u>(4.834)</u>		<u>(9.667)</u>

### **Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição em 2013	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Outros investimentos	296	Variação CDI	8,02	6,02	(6)	4,01	(12)
<b>Passivos financeiros</b>							
Nota promissória	194.434	Variação CDI	8,02	6,02	3.889	4,01	7.777
Empréstimos com partes relacionadas	47.547	Variação CDI	8,02	6,02	951	4,01	1.902
<b>Total</b>					<u>4.834</u>		<u>9.667</u>

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da Cetip, com a data-base do último dia útil de dezembro de 2013.

***Gestão de capital***

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Total do passivo	265.109	218.840
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(2.112)	(7.501)
Dívida líquida (A)	262.997	211.339
Total do patrimônio líquido (B)	37.157	6.694
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	7,08	31,57

***Valor justo versus valor contábil***

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	<b>Valor Contábil</b>		<b>Valor Justo</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.112	7.501	2.112	7.501
Outros investimentos	296	-	296	-
Contas a receber e outros recebíveis	30.928	27.196	30.928	27.196
<b>Total</b>	<b>33.336</b>	<b>34.697</b>	<b>33.336</b>	<b>34.697</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos	241.981	199.250	241.981	199.250
Fornecedores e outras contas a pagar	17.811	12.965	17.811	12.965
<b>Total</b>	<b>259.792</b>	<b>212.215</b>	<b>259.792</b>	<b>212.215</b>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

	2013			2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.112	-	-	3.000	-
Aplicações financeiras (*)	-	-	-	4.501	-	-
Outros investimentos	296	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	30.928	-	-	27.196	-
<b>Total</b>	<b>296</b>	<b>33.040</b>	<b>-</b>	<b>4.501</b>	<b>30.196</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos	-	-	241.981	-	-	199.250
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	17.811	-	-	12.965
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>259.792</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>212.215</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras foram divulgadas na categoria “Empréstimos e recebíveis”, quando a efetiva classificação pela Administração foi em “Valor justo por meio do resultado”.

## 15 Partes relacionadas

### Controladora

A parte controladora final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental.

### Operações com o pessoal-chave da administração

#### *Remuneração de pessoal-chave da Administração*

Em 31 de dezembro de 2013, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção, totalizou R\$ 2.363 (R\$ 990 em 31 de dezembro de 2012), registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

#### *Benefícios a empregados*

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Bradesco Previdência Privada, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica e o fornecimento de vale-refeição e vale-transporte.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivo de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados abaixo:

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços  
Públicos de Água e Esgoto  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Vale-refeição	2.170	1.779
Convênio médico	499	354
Auxílio-mobilidade	420	161
Previdência privada	50	97
Outros	79	197
<b>Total</b>	<b>3.218</b>	<b>2.588</b>

***Outras transações com partes relacionadas***

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

<b>Circulante</b>	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	(nota 6)	(nota 6)	(nota 10)	(nota 10)		
<b>Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber</b>						
Galvão Engenharia S.A.						
- Contrato limpeza área verde	(a)	-	-	-	-	(4.886)
- Contrato particular de construção	(b)	-	-	-	(22.978)	(34.482)
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental						
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	-	(5.053)	(3.484)
- Manifestação de interesse	(d)	-	-	-	-	(1.200)
CAB - Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda.						
- Venda de projetos	(e)	-	-	-	-	(8.000)
CAB Gerenciadora Ltda.						
- Contrato de gerenciamento de obras	(f)	-	-	3.508	-	(3.508)
Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados	(g)	75	50	2.785	622	(1.488)
<b>Total</b>		<b>75</b>	<b>50</b>	<b>2.785</b>	<b>4.130</b>	<b>(29.519)</b>

<b>Não circulante</b>	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	(nota 6)	(nota 6)	(nota 11)	(nota 11)		
<b>Em empréstimos, clientes e outras contas a receber</b>						
CAB - Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda.						
- Empréstimos	(h)	2.285	2.268	-	17.000	17
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental						
- Empréstimos	(h)	-	-	47.547	-	(1.247)
<b>Total</b>		<b>2.285</b>	<b>2.268</b>	<b>47.547</b>	<b>17.000</b>	<b>(1.230)</b>

- (a) Contrato de desmobilização, manutenção e reabilitação de áreas verdes, remoção de entulhos e materiais, reabilitação de áreas construídas.
- (b) Referem-se a contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Galvão Engenharia S.A. e a Companhia. O valor global do contrato é de R\$ 492.605. Em 31 de dezembro de 2013 o montante acumulado contabilizado desse contrato por

meio de medição do contrato físico e financeiro foi de R\$ 22.978, registrados por competência, como custo dos serviços prestados e base para reconhecimento da receita de construção, de acordo com o ICPC 01 (R1).

- (c) Contrato de serviços de assistência técnica com acionista controladora, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão. O montante envolvido é de R\$ 156.600, com pagamentos mensais de R\$ 436, cujo contrato teve início em maio de 2012 e tem duração remanescente de 29 anos.
- (d) Refere-se a manifestação e interesse, de acordo com a previsão do dispêndio com a elaboração de projetos para a concessão, que é devido à controladora.
- (e) Contrato de assessoria técnica e confecção de projetos de saneamento básico para a cidade de Cuiabá, atendendo ao requerido edital, sendo o valor do contrato de R\$ 8.000.
- (f) Refere-se a contrato de gerenciamento de obras compreendendo toda assessoria para realização das obras previstas e delimitadas no plano de negócio, sendo o pagamento efetuado anualmente por valor equivalente a 5% do valor dos investimentos realizados. O contrato tem como prazo de encerramento a conclusão dos serviços/ investimentos necessário para cumprimento do contrato de concessão.
- (g) Repasses com gastos de pessoal alocados temporariamente entre as empresas do Grupo para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (h) Concessão de empréstimo feito pela controladora e por partes relacionadas com atualização e incidência de juros de 120% do CDI com vencimento em 2015

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$ 50.035 (R\$ 7.135 em 31 de dezembro de 2012). Representado por 50.035.015 ações ordinárias (7.135.015 em 2012), nominativas, sem valor nominal, pertencente aos seguintes acionistas:

	2013	2012
	Participação	Participação
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	80%	100%
PCT Participações Ltda	20%	-
<b>Total</b>	100%	100%

### b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.



## 17 Receita operacional líquida

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita de prestação de serviço da operação	117.745	83.760
Receita de contrato de construção	54.708	64.985
Impostos sobre os serviços prestados	<u>(10.986)</u>	<u>(12.279)</u>
<b>Total</b>	<u><u>161.467</u></u>	<u><u>136.466</u></u>

## 18 Gastos por natureza

<b>Custos</b>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Materiais diretos	(85.318)	(85.462)
Materiais indiretos	(11.171)	(5.922)
Custos com pessoal	(8.335)	(6.036)
Depreciação e amortização	(5.933)	(1.923)
Crédito de Pis e Cofins	3.060	2.352
<b>Total</b>	<u><u>(107.697)</u></u>	<u><u>(96.991)</u></u>

<b>Despesas comerciais</b>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.016)	(1.629)
Despesa com pessoal	(4.686)	(2.481)
Comissão com arrecadadores	(1.271)	(790)
Depreciação e amortização	(371)	(68)
Outras despesas comerciais	(6.212)	(4.023)
<b>Total</b>	<u><u>(19.556)</u></u>	<u><u>(8.991)</u></u>

<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas com pessoal	(15.454)	(10.398)
Serviços contratados	(13.133)	(8.471)
Depreciação e amortização	(1.834)	(283)
Outras despesas	(3.390)	(6.448)
<b>Total</b>	<u><u>(33.811)</u></u>	<u><u>(25.600)</u></u>

## 19 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e multa recebidos de clientes	3.133	-
Juros de aplicações financeiras	224	5.082
Descontos obtidos	43	11
Outras receitas financeiras	23	-
<b>Total</b>	<u>3.423</u>	<u>5.093</u>
<b>Despesas financeiras</b>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros pagos e incorridos	(19.989)	(9.613)
Comissões e despesas bancárias	(2.734)	-
Outras despesas financeiras	-	(940)
<b>Total</b>	<u>(22.723)</u>	<u>(10.553)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(19.300)</u>	<u>(5.460)</u>

## 20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Seguro garantia	31.663	32.754
Responsabilidade civil	15.000	-
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	117.649	99.765
<b>Total</b>	<u>164.312</u>	<u>132.519</u>

## 21 Compromissos vinculados a contratos de concessão

### a. Compromisso com o Poder Concedente

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo remanescente da outorga devida ao Poder Concedente é de R\$ 16.667, divididos em 16 pagamentos mensais, iguais e consecutivos de R\$ 1.042.

### b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da arrecadação efetivamente obtida mensalmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 5.217 (R\$ 2.567 em 2012) referente ao direito de outorga variável.

### c. Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2013 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

**d. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A prática contábil adotada pelas controladas é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

**22 Riscos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

\*

\*

\*

**Composição do Conselho de Administração**

**Conselheiros:**

Edson Martins  
Leonardo Silva Araújo  
Mario de Queiroz Galvão  
Antonio Otávio Peixoto

**Composição da Diretoria**

**Diretores:**

Ítalo Joffily Pereira da Costa Neto  
Celso Lino Paschoal Junior

**Contador**

Anderson Costa Silva  
CRC/SP nº 1SP219557/O-4